

## **DESENVOLVIMENTO DO PROTAGONISMO SOCIAL JUVENIL A PARTIR DO USO DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS: A TECNOLOGIA SOCIAL “JOVENS ADC”**

**Altemar Felberg**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – Porto Seguro – Bahia. Professor da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL). Integrante do Grupo de Pesquisa “Laboratório PAIDÉIA”.

E-mail: felberg\_int@hotmail.com

**Calitta Felberg Pereira**

Especialista em Política Social e Gestão Pública (FACISA). E-mail: caliitta.felberg@hotmail.com

**Elismar Fernandes dos Santos**

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Professor da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL). Bolsista CAPES. E-mail:

elismar\_fernandes@hotmail.com

**Flaelma Almeida da Silva**

Mestra em Ciências da Educação pela Univesidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULTH).

Professora da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL). E-mail: flaelma@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade compartilhar uma tecnologia social desenvolvida desde 2013 pela OSC Instituto Mãe Terra, reconhecida e certificada pela Fundação Banco do Brasil em 2017 no eixo educação, que visa promover a formação social e a inclusão socioproductiva de jovens indígenas da etnia Pataxó e de jovens de comunidades rurais e tradicionais de pesca do Sul da Bahia, por meio de oficinas de formação social básica; cursos de qualificação profissional nas mais diversas áreas e; ações de intervenção comunitária, estimulando e fortalecendo a autonomia e o protagonismo social juvenil e capacitando-os para atuarem como agentes multiplicadores e promotores de cidadania e desenvolvimento – na família, escola e comunidade. A tecnologia social é fruto da execução de dois projetos específicos: um voltado a 64 comunidades rurais e de pesca de 10 municípios baianos, como estratégia de mitigação de impactos de uma multinacional de celulose, a empresa Veracel S.A, que envolveu mais de 150 jovens, culminando na realização do 1º Fórum de Protagonismo Social Juvenil do Sul da Bahia; e outro, direcionado a 12 aldeias indígenas de 02 municípios, patrocinado pela Petrobras S.A, que beneficiou mais de 300 jovens da etnia Pataxó, finalizado com a realização do 1º Encontro Territorial da Juventude Pataxó. Ambas as iniciativas fizeram o uso de metodologias interativas e participativas, atualmente classificadas como “metodologias integrativas”, tendo a participação comunitária como princípio educativo estruturante em todas as fases do processo, e cujas atividades tiveram por suporte o conhecimento da realidade, a reflexão e a ação.

**Palavras-Chave:** Juventude. Protagonismo Social. Metodologias Integrativas.

### **Notas Introdutórias**

A UNESCO (2004, p. 25) apresenta o termo ‘juventude’ referindo-se ao período de transição da infância à idade adulta, pelo qual se produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, variando segundo as diversas realidades. Assim, “a juventude tem significados distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de

maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias”.

No âmbito dos projetos que culminaram na sistematização da tecnologia social ora apresentada (juventude rural, indígena e pesqueira), estes jovens, em sua maioria, estão expostos a graves problemas como: violência intra e extrafamiliar; desemprego; gravidez na adolescência; preconceito; discriminação, exploração sexual; uso de drogas lícitas e ilícitas; e difícil acesso aos meios educacionais formais e alternativos. Assim, a proposta visou contribuir com a redução dos índices de vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de atividades que dialogassem com a realidade socioeconômica e cultural de cada localidade, bem como com as subjetividades de cada sujeito, incentivando o desenvolvimento comunitário a partir do protagonismo juvenil, que é um conceito que imbrica com as noções de participação, identidade e cidadania. Vale a ressalva que a tecnologia se encontra em consonância com a missão do Instituto Mãe Terra, que é de promover o desenvolvimento de comunidades através do apoio às suas organizações, práticas e estratégias sociais que busquem soluções sustentáveis de melhoria das condições de vida de seus territórios.

### **A tecnologia social: jovens agentes de desenvolvimento comunitário**

Concretizada a partir do uso de metodologias integrativas (Giannella, 2008) em duas iniciativas, a tecnologia social “Jovens Agentes Multiplicadores e Promotores de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário”, executada pelo Instituto Mãe Terra<sup>1</sup> e certificada pela Fundação Banco do Brasil<sup>2</sup>, configura-se como uma estratégia de qualificação social e profissional de jovens de 15-29 anos pertencentes a grupos historicamente subalternizados, desenvolvida em comunidades rurais, indígenas e de pesca de 10 Municípios do Sul da Bahia (Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Belmonte, Itabela, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote e Canavieiras), que visa promover a inclusão socioproductiva e empoderamento juvenil por meio de oficinas de formação social básica; cursos de qualificação profissional nas mais diversas áreas e; o desenvolvimento de ações juvenis voltadas ao desenvolvimento sustentável em seus espaços de vivência.

A tecnologia social visa oportunizar que estes jovens se descubram enquanto cidadãos capazes; formando-os para atuarem como agentes promotores e multiplicadores de cidadania

<sup>1</sup> Organização Não Governamental sem fins lucrativos, fundada em outubro/2006.

<sup>2</sup> Disponível em <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-647.htm>

e desenvolvimento – na família, escola e comunidade; propiciando condições e novas alternativas de inserção no mundo do trabalho e; contribuindo com a diminuição da pobreza e conseqüentemente da vulnerabilidade dessa população e de suas famílias, na perspectiva da formação para autonomia e desenvolvimento comunitário.

De forma específica, os projetos objetivaram: 1) Promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, para um maior exercício da cidadania, participação popular e afirmação da sua identidade cultural; 2) Aumentar o nível de conhecimento dos jovens para atuarem no mercado de trabalho em áreas específicas; 3) Formar e empoderar os jovens para assumirem lideranças em suas comunidades, desenvolverem seus territórios e fomentarem a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas e; 4) Capacitar os jovens em metodologias participativas e na elaboração de planos de ação de intervenção comunitária.

A tecnologia social em tela se apresenta como uma importante iniciativa social, comprovadamente de grande impacto, haja vista que: a) vem ao encontro das demandas e reivindicações de jovens indígenas e do campo, expostas em diversos espaços de escuta, a exemplo da 1ª Conferência Estadual da Juventude Rural da Bahia; b) se identifica como uma eficiente ferramenta de redução da vulnerabilidade e das situações de riscos pessoal e social em que se encontra a maioria da população jovem (indígena, pescadores e do campo) do Estado da Bahia; c) se caracteriza como uma oportunidade para os jovens se identificarem como cidadãos sujeitos de direitos e deveres e atuarem como agentes promotores da cidadania e do desenvolvimento em suas comunidades; d) proporciona uma contribuição para a formação ética e cidadã da nova geração, propiciando condições e novas alternativas de inserção no mundo do trabalho; e) contribui com o processo de afirmação e valorização da cultura e identidade; f) permite o estímulo e fortalecimento do protagonismo, da participação e do empreendedorismo juvenil; e g) está em consonância com as políticas estabelecidas para a juventude, sejam das esferas municipal, estadual e ou nacional.

Vale destacar que o público-participante dos projetos se encontra, reconhecidamente, no centro do conjunto de graves problemas causados pelas situações de desigualdade social e de desestruturação da sociedade, entre estes os relacionados à violência, ao desemprego, à falta de qualificação profissional, ao preconceito, à exploração sexual, e ao uso de drogas, situação esta que se assemelha às de outros jovens pertencentes a diversas comunidades indígenas e do campo do nosso país. Como um dos principais efeitos provocados por este cenário, encontra-se a dificuldade dos jovens destas comunidades de se inserirem no mercado de trabalho, haja vista a sua baixa qualificação profissional e o conseqüente amadorismo no

processo de produção e comercialização de seus produtos. Segundo estudo publicado em dez/2017 pelo PED (2017)<sup>3</sup>, com dados de 1997 a 2016,

a complexidade da situação juvenil, marcada por incertezas e instabilidade na transição da escola para o mundo do trabalho e, para boa parte da população brasileira, associa-se à necessidade de compatibilização entre educação e trabalho, denota a relevância de uma agenda pública mais específica, voltada ao segmento para o qual o trabalho se faz presente de maneira intensa. A educação deve ter prioridade para o conjunto da juventude, libertando-a do ingresso precoce no mercado de trabalho, de modo a viabilizar a ampliação de sua escolaridade e melhor preparo para o ingresso no mercado de trabalho. (BRASIL, 2017, p. 03).

A partir da escuta e respeito às especificidades e necessidades de cada comunidade, a tecnologia se materializou através do desenvolvimento de 02 iniciativas sociais: a primeira voltada a 64 comunidades rurais e de pesca de 10 municípios baianos, como estratégia de mitigação de impactos da multinacional de celulose, Veracel Celulose S.A e; a segunda, direcionada a 12 aldeias indígenas de 02 municípios, que contou com patrocínio da Petrobras S.A, estimulando e fortalecendo a autonomia e o protagonismo social juvenil e capacitando-os para atuarem como agentes multiplicadores e de desenvolvimento comunitário e territorial. Em cada comunidade, a proposta foi se alinhando às especificidades locais – sociais, econômicas e culturais – e se reconfigurando processualmente.

### **O uso de metodologias integrativas para a inclusão social e empoderamento juvenil**

Os projetos que resultaram na tecnologia social em destaque foram concretizados mediante o uso de uma metodologia eminentemente interativa e participativa, atualmente classificada como “metodologias integrativas”, que segundo Giannella (2008, p. 1) são metodologias pós-positivistas, declaradamente não tecnicistas que “[...] que visam propiciar a produção de conhecimento interativo, valorizar as competências reais dos sujeitos envolvidos em cada processo, que visam, finalmente, mobilizar na esfera pública toda a riqueza do humano”. Assim, as atividades desenvolvidas tiveram por suporte o conhecimento da realidade, a reflexão e a ação. Estes três componentes do processo educativo estiveram presentes em todas as atividades de forma inter-relacionada, possibilitando o exercício da análise a partir de situações concretas do cotidiano dos jovens assistidos; o aprendizado da

<sup>3</sup> Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) apresenta e analisa informações relacionadas ao estudo e trabalho dos jovens residentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS), entre 2009 e 2016.

cidadania na ação, pois “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”. (FREIRE, 1996, p. 39).

Nesse sentido, a prática pedagógica foi baseada no homem e em suas relações pessoais e sociais – na família, escola e comunidade. É sabido que a forma como o ser humano vê o mundo e se relaciona com ele interfere significativamente na construção e reconstrução da realidade em que vive. Como já dizia Freire (2011, p. 128) “através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais”. Os homens, em suas relações consigo e com o meio ambiente, são os produtores de uma nova história, sujeitos de ação e reedição. “É, portanto na relação dialética com o mundo que o sujeito se constitui e se liberta”. (REGO, 1995, p. 94).

Como dito, o homem se constitui através de suas relações sociais, e é a partir daí que estabelece seus modos de ser, pensar e agir. Essas relações, por sua vez, são resultantes da cultura na qual ele cresce, ora reproduz, ora se volta contra ela; porém, todas as nuances se dão em torno desse contexto sociocultural. É através dessa interação dialética que se define a constituição humana. Trata-se de uma abordagem sociointeracionista, na qual o homem “é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura”. (REGO, 1995, p. 93). Nesse contexto, ponto crucial da proposta metodológica dos projetos foi o exercício do reconhecimento e a assunção da identidade sociocultural. Por isso, as atividades desenvolvidas tiveram como proposta promover o despertar da consciência étnico-cultural, buscando solidificar o sentimento de identidade e de pertencimento, da prática de se assumir.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*. (FREIRE, 1996, p. 41).

Ou seja, como diz Santos (2006, p. 462) “tenho direito de ser igual quando a diferença me inferioriza, e tenho o direito de ser diferente quando a igualdade me descaracteriza”. Assim, entendendo o ser humano como uma totalidade, deve-se considerar seus desejos, necessidades, emoções, motivações, interesses, impulsos e inclinações, sobretudo suas particularidades. Deve-se respeitar a autonomia do indivíduo, seus saberes e modos de fazer.

“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. (FREIRE, 1996, p.59).

Nessa perspectiva, foi através da matriz conceitual e metodológica da pedagogia da autonomia, empregada nas atividades didáticas dos projetos que compuseram a tecnologia social, sobretudo nas Oficinas de Formação de Agentes Promotores de Cidadania e Desenvolvimento, que se buscou alcançar os objetivos propostos, especialmente no que diz respeito ao protagonismo social juvenil e empoderamento comunitário, na busca de soluções para os problemas do cotidiano indígena e do campo, e a sustentabilidade das comunidades.

A aplicação prática dos pressupostos metodológicos aqui expostos pode ser identificada no detalhamento de resultados, sobretudo qualitativos, dos dois projetos sociais que compõem a tecnologia. Na condução das atividades formativas, os jovens eram instigados a aplicarem, na prática, os conteúdos apreendidos em seus momentos de interação com jovens de outras comunidades. A cada módulo ministrado, o jovem tinha o compromisso de multiplicar a informação e de empreender ações em seu espaço de vivência.

No módulo “Projeto de Vida e Identidade”, por exemplo, em que foram trabalhados os conceitos de identidade, cultura, identidade de gênero, identidade social, grupo e interação, autoestima e saúdes (física, espiritual, intelectual, familiar etc.), o jovem era convidado a construir o seu projeto de vida, através dos exercícios de: compreender sua história, olhar para a situação onde vive, sonhar um mundo possível, refletir sobre sua atuação, rever sua vida pessoal/profissional/social, assumir decisões e abrir e/ou construir novos caminhos.

Já no módulo “Educação”, em que foi debatido o papel social da escola como instituição de referência no contexto local, ao voltarem para suas comunidades, os jovens foram estimulados a reunirem as famílias, funcionários da escola e a comunidade escolar (crianças, adolescentes e jovens) para debater os problemas e desafios da escola; pensar, de forma coletiva, estratégias de atuação e; buscar alternativas de melhorias, oficializando, sempre que necessário, demandas ao Poder Público e demais parceiros institucionais.

No último módulo da formação social básica<sup>4</sup>, “Desenvolvimento Comunitário”, foi aprofundada a compreensão sobre os conceitos de desenvolvimento comunitário, território, políticas públicas, participação e protagonismo juvenil. A partir daí, os jovens foram convocados a: a) reunir um grupo para atualizar as informações existentes sobre sua comunidade – levantamento de ativos e passivos comunitários, ou seja, o que temos e o que

<sup>4</sup> Projeto de Vida e Identidade, Cidadania e Direitos Humanos, Educação, Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Comunitário.

não temos na comunidade; b) aplicar a metodologia de diagnóstico participativo “A árvore dos problemas”, a fim de levantar as principais necessidades e demandas da comunidade em áreas específicas como: saúde, educação, moradia etc.; c) elaborar um plano de ação de intervenção comunitária, com divisão de tarefas; d) elaborar um projeto comunitário, a partir da priorização dos problemas existentes na comunidade, com o intuito de mobilizar parcerias e; e) discutir e buscar estratégias de fortalecimento da associação representativa local.

Nessa jornada de construção do conhecimento, os jovens reviram seus passados, firmaram o tempo presente e expandiram suas possibilidades de futuro, traçando, cada um, seus projetos de vida. Ainda, adquiriram novos conhecimentos e trocaram informações e experiências sobre cidadania e direitos humanos, educação, trabalho, meio ambiente e desenvolvimento comunitário. Coletivamente, descobriram-se e se assumiram como sujeitos autônomos, capazes de protagonizar suas próprias histórias de desenvolvimento, pessoal e social, sujeitos de ação e transformação em suas comunidades. “Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também de História” (FREIRE, 2007, p. 54).

Dessa forma, a tecnologia social visou permitir o delineamento da expectativa de devolução da dignidade do público-participante e da melhoria da sua qualidade de vida e de suas famílias, a partir de um novo olhar para a superação de desafios que permitam o seu desenvolvimento, seja em seus níveis pessoal, profissional e ou social.

### **Projeto Diálogo Ativo – Jovens Agentes de Desenvolvimento Comunitário**

A proposta do Instituto Mãe Terra apresentada à Veracel em 2013, como uma das estratégias de mitigação de impactos da empresa no território, foi trabalhar a formação socioprofissional de jovens lideranças comunitárias para atuarem como Agentes de Desenvolvimento Comunitário – sujeitos que fossem capazes de contribuir eficazmente com a sua comunidade e de dialogar, de forma qualificada, com os públicos externos.

A ideia foi dar início a um amplo processo de formação social continuada, conectada com temáticas, experiências e vivências que interessavam ao grupo e faziam parte da matriz cultural da comunidade, visando assegurar a fixação do homem no campo. Este caminho foi uma forma de incentivar as pessoas a continuarem seus processos de formação, e perceber que a universidade formal, acadêmica, sinalizada incessantemente como a única saída para uma vida digna, na verdade é uma das alternativas que podem seguir, mas que outras

oportunidades também podem ser construídas dentro de um ambiente íntegro, legítimo, informal de ensino e de formação cidadã. Assim, os jovens foram estimulados a refletirem sobre diferentes perspectivas e, desta forma, buscar o autoconhecimento e compreender o seu valor dentro do seu ambiente de vida e fazer.

A formação dos jovens agentes atendeu ao seguinte esquema operacional:

1) Recrutamento e Seleção Pública de um jovem, por comunidade, que atendessem ao perfil da proposta (1ª fase – inscrição/análise curricular; 2ª fase – entrevistas e testes psicológicos; 3ª fase – a comunidade faz a eleição de 01 pessoa dentre os 03 pré-selecionados); 2) Os jovens se encontravam 01 vez por mês (08 horas/encontro) com a equipe pedagógica do IMT para trabalhar 06 (seis) matérias prioritárias, tendo como compromisso, a aplicação prática do conteúdo em sua comunidade (08 horas práticas).

Estes agentes de desenvolvimento foram público-prioritário para uma segunda ação, uma capacitação em Gestão Empreendedora para o Associativismo, cujo objetivo foi qualificar jovens lideranças para o fortalecimento de suas entidades representativas (associações e cooperativas), visando o desenvolvimento das potencialidades produtivas, a consolidação de práticas sociais locais, o fomento do associativismo e o cooperativismo e a gestão de projetos e negócios comunitários, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Ao longo de 04 anos (2013-2016) de desenvolvimento do projeto, foi possível mensurar os seguintes resultados: 10 Municípios contemplados; 64 Comunidades beneficiadas; 05 Parcerias agregadas; 536 Jovens inscritos no processo seletivo; 153 Jovens participantes do programa, com 99 concluintes; 340h de Formação social na 1ª Turma e 100h nas demais; 10h de Formação complementar junto ao SEBRAE/SENAC; 12 Disciplinas ministradas na 1ª Turma e 06 nas demais; 12 Educadores sociais mobilizados; 42 Comunidades com análise da potabilidade da água realizada; 26 Ações de educação ambiental realizadas com o jovem; 48 associações atendidas/fortalecidas institucionalmente.

Em 2016, com o objetivo de mensurar o impacto social da iniciativa a partir de uma abordagem mais qualitativa, foi realizada, com suporte de um psicólogo social, uma pesquisa junto a uma amostra de 24 (vinte e quatro) jovens que participaram das primeiras turmas, a fim de levantar seus perfis psicográficos<sup>5</sup>. Prioritariamente, o levantamento buscou: 1 - Avaliar o projeto de vida dos jovens construído no primeiro módulo. Tem sido executado ou não?; 2 - O que mudou na vida do/a jovem desde a capacitação?; 3 - Nano, micro e macro

<sup>5</sup> Segmentação psicográfica que avaliou iniciativa, autoestima, liderança, autonomia, dentre outros aspectos.

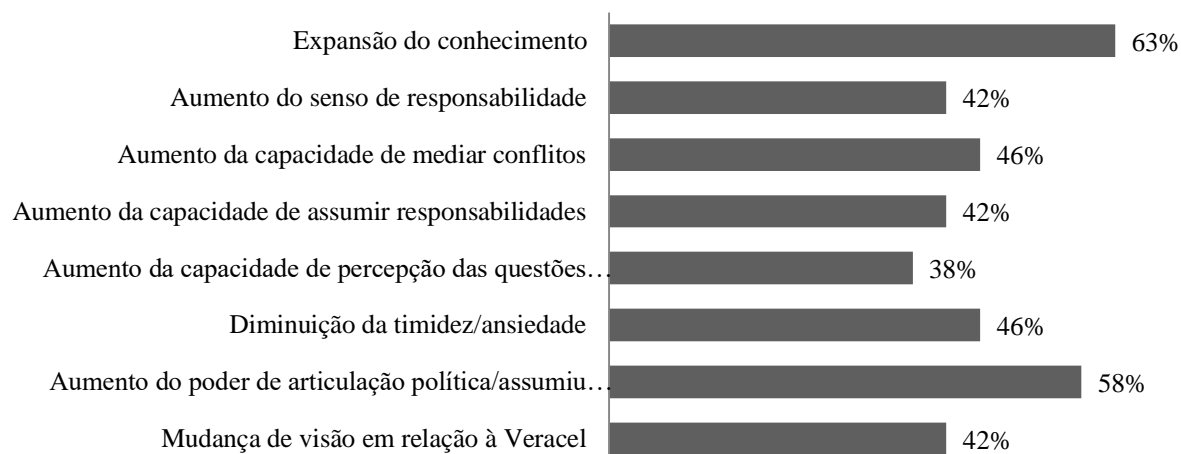


revolução. Quais mudanças ocorreram? Para tanto, 04 (quatro) dimensões foram avaliadas: iniciativa, autoestima, liderança e autonomia, com os seguintes resultados, respectivamente:

Após escuta, 13% disseram não ter realizado qualquer iniciativa na comunidade, enquanto 88% afirmaram desenvolver e potencializar ações sociais em seu espaço de vivência, num total de 51 atividades: regularização/criação da associação local (21%); demanda por serviço ou equipamento público (20%); aquisição/melhoria de equipamento comunitário (16%); melhoria na gestão coletiva de recursos (4%); ações comunitárias em saúde, cultura, geração de renda etc. (25%) e; ações de gestão/educação ambiental (14%).

Quanto ao desenvolvimento da autoestima: 21% demonstraram ainda possuir baixa autoestima; 54% com autoestima em crescimento e; 25% com autoestima elevada. No que diz respeito à liderança: 21% não se consideravam líderes, enquanto 79% afirmaram exercer cargos e funções de liderança em suas comunidades. Referente à autonomia: 4% apresentaram adequada capacidade de conceber e fazer suas próprias escolhas, 71% apresentaram autonomia em processo de construção e 25% demonstram pouca ou baixa autonomia. O dado mais significativo foi que, após a escuta de 100% da amostra, foram identificadas/percebidas 90 mudanças sociais, a partir do ingresso no programa. São elas:

**Gráfico 01 -Mudanças sociais percebidas (90)**



O jovem CGS, por exemplo, ao ser solicitado a descrever se houveram mudanças atitudinais, por ele percebidas, ao longo do seu contato com as capacitações promovidas pelo IMT, responde prontamente que houveram e assinala que o seu maior acúmulo obtido nos cursos foi a diminuição de sua timidez. Tal crença repete-se diversas vezes ao longo da autoavaliação. Não possuía coragem de falar em público e atualmente não só se sente mais preparado em expor suas ideias, como sente como necessário compartilhar o que aprendeu.

Sabe que na sua comunidade, é tido como um líder deste território, uma vez que os moradores o representam como alguém que está em busca por mudanças e melhorias para a comunidade. Já o jovem ERO, passou a se sentir capaz e a se questionar em qual lugar gostaria de se identificar, entre o ser que vê uma coisa errada e se acomoda ou ir à luta (sic). Pessoalmente, acha que se tornou um sujeito melhor e sua capacidade de leitura da vida está mais desenvolvida. Na sua família, estes já o tinham como referência, e com o curso, isto se potencializou, porque agora ele tem conhecimentos além dos que portam os seus familiares. Na comunidade ele é visto como alguém que tem o que contribuir, dado o conhecimento acumulado durante a participação no projeto.

Atualmente, esses jovens continuam participando ativamente da vida comunitária, tendo alguns assumido a presidência das associações locais e, sempre que possível, se reúnem para compartilhar avanços e dificuldades em suas trajetórias de desenvolvimento.

### **Projeto Avante Juventude Pataxó**

O Projeto “Avante Juventude Pataxó: Formação Social e Qualificação Profissional de Jovens Indígenas da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia” foi um dos projetos do Instituto Mãe Terra contemplados na seleção pública de 2014 do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, com o objetivo de promover a formação social e qualificação profissional de 300 jovens indígenas da etnia Pataxó de 12 Aldeias do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia<sup>6</sup>, rumo à construção de um país onde todos os brasileiros e brasileiras, indiscriminadamente, tenham direito à inclusão socioprofissional.

O projeto tinha como expectativa de impacto social: reduzir os índices de exclusão social da juventude Pataxó, com incremento do acesso destes no mercado de trabalho, maior exercício da cidadania, bem como maior participação no processo de desenvolvimento de suas comunidades. Para tanto, adotou-se as seguintes estratégias de ação: a) Trabalhar de modo participativo em todas as etapas do projeto: planejamento, execução, monitoramento e avaliação, fazendo com que os parceiros e beneficiários do projeto assumissem a condição de sujeitos da ação e reeditores sociais, capazes de influenciar e aperfeiçoar políticas públicas específicas; b) Afirmação da diversidade cultural, estabelecendo um processo dialógico entre

<sup>6</sup> 04 no Município de Santa Cruz Cabrália – Coroa Vermelha, Juerana, Arueira e Mata Medonha; e 08 no Município de Porto Seguro - Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Aldeia Nova, Pé do Monte, Imbiriba, Guaxuma e Barra Velha.

o conhecimento indígena e dos demais parceiros do projeto, respeitando o seu cotidiano, com sua visão de homem e de mundo e como essas relações se estabelecem; c) Parcerias com o Poder Público local, Associações Indígenas, Organizações da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Instituições de Ensino, buscando o fortalecimento institucional e a formação de redes sociais e do aperfeiçoamento das Políticas Públicas voltadas aos povos indígenas da Bahia; d) Promoção do conhecimento, através de: cursos de qualificação profissional intensivo e continuado, com o acompanhamento sistemático da execução de planos de ação de desenvolvimento comunitário após os cursos profissionalizantes (estágio social) visando à efetividade da intervenção, aferição dos impactos e a garantia dos encaminhamentos e; e) “Advocacy” pela inserção das minorias étnicas no mundo do trabalho e desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, através da capacitação, assessoria técnica e articulação, respeitando a sua diversidade cultural e étnica.

Inicialmente, dada à escassez de dados socioeconômicos sobre as comunidades indígenas no nosso país, o que reflete também uma realidade local, optou-se por fazer a seleção dos jovens por meio da aplicação de uma pesquisa social visando, além de cadastrar os participantes do projeto, traçar um perfil socioeconômico e cultural destes sujeitos. A pesquisa se deu através da aplicação de 345 fichas de cadastramento, consolidados no documento intitulado “Aspectos Demográficos e Socioeconômicos do Jovem Indígena da Etnia Pataxó do Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia”.

Confirmando outros estudos, a pesquisa revelou que esses jovens indígenas se encontram no centro do conjunto de graves problemas causados por questões de desigualdade social e de desestruturação da sociedade. Os dados apontaram 522 casos de violação de direitos e outras situações ocorridas em suas famílias, tais como: 34 indígenas (6,5%) em fuga, desaparecimento ou morando na rua; 143 (27,4%) em estado de gravidez precoce; 60 (11,5%) casos de violência dentro ou fora de casa; 84 (16,1%) em conflito com a lei (prisão ou medida socioeducativa); 08 (1,5%) em cuidados constantes por problema de saúde; 03 (0,6%) casos de crianças cuidadoras de outra criança no dia a dia; 128 (24,5%) casos de criança ou adolescente trabalhando fora de casa; 07 (1,3%) casos de uso e abuso de bebidas alcoólicas; 55 (10,5%) casos de uso e abuso de drogas ilícitas. Nos arredores de seus domicílios, com acesso a pé em espaço de tempo médio aproximado de 15 minutos, os jovens indígenas sinalizaram a existência de alguns equipamentos, tendo 28 (8,4%) sinalizado Creches e/ou Escolas Públicas Infantis; 158 (47,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Fundamental; e 148 (44,3%) sinalizado Escolas Públicas de Ensino Médio.

Posteriormente às atividades preparatórias de articulação, mobilização e seleção dos jovens, partiu-se para a execução das 03 etapas/fases centrais do projeto - formação social, qualificação profissional e intervenção comunitária.

**ETAPA 1 - FORMAÇÃO SOCIAL BÁSICA.** Tratou da realização de um Curso de Formação Social de Jovens Agentes Multiplicadores e Promotores de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário, com carga horária de 320 horas, divididas ponderadamente em 13 componentes curriculares (Identidade, Diversidade, Família, Sexualidade, Drogas, Violência, Educação, Esporte Tradicional Indígena, Trabalho, Meio Ambiente, Cultura, Cidadania e Intervenção Comunitária, além de reforço em Matemática e Português), que teve por objetivo principal: apoiar o desenvolvimento do capital humano e social local, visando contribuir mais eficazmente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A proposta foi buscar fazer com que os jovens participantes se encontrassem com o novo, contextualizando-os e motivando-os a enfrentarem situações que não diziam respeito as suas rotinas e ao seu dia a dia. Através desta perspectiva, baseada na experimentação e no lúdico, os jovens foram estimulados a refletirem sobre diferentes perspectivas e, desta forma, buscar o autoconhecimento e compreender o valor do seu espaço no seu ambiente de vida e fazer. Este trabalho de contextualização do jovem no mundo foi enfatizado na aula inaugural, mas também fez parte de um processo contínuo e permanente. A partir daí, iniciou-se o processo de formação social continuada, conectada com temáticas e experiências que interessavam ao grupo, na formação de cursos, oficinas, palestras e seminários.

**ETAPA 2 – CURSOS DE QUALIFICAÇÃO SOCIOPROFISISONAL.** Após as visitas de mobilização e articulação de parcerias (SEBRAE, SENAC, CEIT, Escolas Indígenas etc.), planejamento pedagógico e capacitação de instrutores indígenas, os cursos (tema, metodologia, espaços etc.) foram definidos através de encontros em cada aldeia, de forma democrática e participativa, com carga horária total de 240h, nas seguintes áreas: 1) Turismo, Artesanato e Reciclagem; 2) Agricultura e Produção; 3) Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional; 4) Gestão, Associativismo e Cooperativismo; 5) Esporte e Lazer.

Todas as atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos foram pensadas, planejadas e discutidas conjuntamente com a equipe pedagógica do projeto (equipe técnica, coordenação pedagógica e instrutores selecionados), em encontros pedagógicos mensais. As reuniões de planejamento garantiram um bom desenvolvimento das atividades do Projeto, oportunizando ajustes e subsidiando a tomada de decisões rumo ao alcance dos resultados esperados.

Durante o período de execução dos cursos profissionalizantes, foram sinalizadas como principais dificuldades no processo: a) Complexidade da logística de deslocamento dos instrutores e entrega mensal de alimentação e materiais didáticos para os cursos, o que demandou planejamento sistemático; b) Resistência por parte de algumas lideranças e jovens participantes ao processo pedagógico de mudança/rotatividade de instrutores (criação de vínculos); c) Precariedade de infraestrutura das escolas indígenas; d) Conflito de valores e interesses internos nas Aldeias, dificultando a operacionalização de algumas estratégias de ação previstas em planejamento; e) Dificuldade de alguns jovens em assumir e fortalecer os traços culturais indígenas (pinturas, músicas...), especialmente em aldeias mais urbanizadas; f) Influência das igrejas neopentecostais nas Aldeias, refletindo no processo de afirmação da cultura indígena entre os jovens (ex: alguns “não podem” dançar o awê); g) Evasão de alguns participantes na etapa de qualificação devido à escolha pela maioria de área de qualificação fora de seu interesse; dentre outras dificuldades de menor relevância.

Como pontos positivos, foram destacados: a) Cursos de qualificação profissional definidos de forma colegiada e participativa, demonstrando a real vocação socioeconômica e potencialidade das Aldeias; b) Grande nº de parceiros mobilizados/engajados na execução do Projeto Avante, a exemplo do SEBRAE, SENAC, CEIT e outros, o que enriqueceu ainda mais a proposta de formação; c) Equipe de instrutores com grande experiência, capacidade técnica e poder de mobilização, articulação e realização das atividades planejadas; d) Manifestação de interesse dos jovens em realizar intercâmbios e eventos culturais nas Aldeias, com o objetivo de afirmar a cultura indígena Pataxó; e) Aldeias empenhadas em potencializar suas atividades produtivas a partir do projeto; f) Manifestação autônoma e voluntária dos Jovens Pataxó, a partir do Projeto Avante, em se criar um Conselho da Juventude Indígena do Território do Sul e Extremo Sul da Bahia, com representação de todas as 38 Aldeias Pataxó da região – ideia discutida e aprovada nos dias 05, 06 e 07 de Junho na Etapa de Barra Velha da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, organizada pela FUNAI.

**ETAPA 3 – INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA.** Nesta etapa, a proposta de grade foi a seguinte: Mobilização (68h); Elaboração dos Planos de Ação (40h); Execução do Plano de Ação (116h) e Avaliação Final e culminância do Projeto (1º Encontro Territorial da Juventude Pataxó da Bahia – ETJP/BA) - (16h), correspondendo a 240 horas de intervenção comunitária.

O primeiro passo para o desenvolvimento do plano de intervenção comunitária foi o de mobilização e realização de um Diagnóstico Social Participativo, onde foi feito o levantamento de dados sobre a caracterização geral das comunidades e de seus principais

problemas, nas mais diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente etc. Este diagnóstico foi realizado pelos próprios jovens do Projeto, com o suporte da equipe técnica, fazendo uso de metodologias participativas e integrativas, a exemplo, da Árvore dos Problemas – um jeito simples e eficiente de levantar demandas comunitárias.

De posse destes dados, partiu-se para a elaboração sistemática de um plano de ação estratégico (os quais foram executados pelos jovens com o apoio dos facilitadores do Projeto) com ênfase nas principais demandas encontradas, entre outras: ações educativas e de promoção para prevenção de riscos relacionados à sexualidade, saúde reprodutiva, violência intra e extrafamiliar, desemprego, abuso e exploração sexual, uso de álcool e drogas, falta de lazer e cultura, educação formal, dentre outras. Para a execução destes planos e desenvolvimento do trabalho em grupo, os jovens precisaram construir uma relação de confiança e de equipe que lhes permitisse interagir e realizar tarefas de interesse comum e de benefício à comunidade, exercitando um processo de construção conjunta de ideias para o alcance de uma visão e objetivos coletivos.

Uma das ações de intervenção de destaque, na qual houve participação dos jovens e trouxe benefícios para a comunidade, foi o Projeto de Extensão sobre Saúde Ambiental e Qualidade da Água para o Consumo Humano das comunidades periféricas, rurais e tradicionais do Extremo Sul Baiano, realizado pelo Instituto Mãe Terra em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas da Bahia, cujo objetivo foi promover a análise da qualidade da água consumida pelas comunidades, propiciando estratégias de intervenção que minimizem os riscos à saúde possivelmente vivenciados pelas comunidades.

Por fim, visando a integração e a convivência dos participantes, a confraternização dos jovens participantes, o intercâmbio multicultural e étnico e a avaliação do impacto do Projeto na comunidade, na vida dos jovens e na sua inserção no mundo do trabalho, foi promovido um evento de culminância do projeto, o 1º ETJP/BA, com os jovens beneficiários do Projeto e convidados, que teve por objetivo promover meios ao Jovem Pataxó que permitam a sua mobilização e da sua comunidade, visando ao alcance da sua autonomia, por meio de estruturada formação sociopolítica, e tinha como um de seus eixos temáticos e objetivo maior, a criação do Conselho Territorial da Juventude Indígena Pataxó da Bahia.

Destaca-se, ainda, que durante todo o processo de formação social e qualificação profissional, alguns jovens (10) representaram suas comunidades, participando de eventos voltados à juventude, de âmbito municipal, territorial, estadual e federal, a exemplo do Diálogo de Concertação com a Juventude Rural da Bahia (SDR/BA, 15 de julho de 2015), II

Conferência Municipal da Juventude de Porto Seguro (24 e 25 de Agosto de 2015), e 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista (FUNAI/DF, novembro/2015), contribuindo com as políticas juvenis e disseminando conhecimentos e informações.

Como Resultados e Impactos alcançados, destacam-se: 02 Municípios contemplados; 12 Aldeias beneficiadas; 23 Instituições envolvidas; Pesquisa social com 485 jovens; 489 jovens participantes; 320 horas de formação social em 15 disciplinas; 240 horas de qualificação profissional; 09 Cursos de capacitação; 360 jovens certificados; 47 Educadores sociais envolvidos; 26 Instrutores de curso; Geração de Ocupação e Renda a mais de 100 pessoas; Análise da potabilidade da água em 11 Aldeias; Ação social em saúde em 03 Aldeias; Educação ambiental em 12 escolas; Fortalecimento de 11 Associações; Intercâmbio de cultura e esporte em 03 Aldeias; Participação de jovens em 10 grandes eventos, dentre outros.

O grande impacto percebido pelos próprios jovens Pataxó, o que vai além dos números retratados, é que o Projeto Avante contribuiu sobremaneira para o despertar da juventude indígena frente às lutas do Povo Pataxó; um despertar para seu papel de protagonistas nesta história de resistência, com notório e visível crescimento do orgulho Pataxó e afirmação do compromisso com a reivindicação de políticas públicas afirmativas voltadas à melhoria da qualidade de vida de um povo historicamente subjugado. A vontade e o sentimento de “avançar” é o que retrata o movimento da juventude “Avante” – uma juventude guerreira que sabe o que quer e que sabe aonde quer chegar.

### **Considerações Finais**

Previamente à proposição desses 02 projetos, o Instituto Mãe Terra promoveu encontros de ação dialógica e escuta comunitária, visando levantar as reais demandas das comunidades e do Território de Identidade, ouvindo e privilegiando os principais interessados, que foram os públicos-participantes das ações. Dessa forma, as atividades e a metodologia foram definidas a partir do contexto local e das reais demandas e anseios das comunidades.

Um princípio importante destas iniciativas, e que fundamenta todos os projetos executados pela instituição, é a “participação comunitária”, em que a comunidade é convidada e envolvida em todo o processo de execução do projeto, desde a elaboração da proposta, até a avaliação do impacto, possibilitando o enraizamento das propostas, a apropriação de novos conhecimentos, a geração de novas tecnologias e a formulação de indicadores de qualidade.

Com a execução desses projetos, acreditamos ter contribuído para um “despertar” juvenil e da sociedade, dando importante avanço nas políticas da juventude nos âmbitos municipal, estadual e federal, facilitando o intercâmbio e a convivência multicultural e valorizando o jovem como autor e destinatário da sua própria história e protagonista de uma nação mais justa e solidária.

Por fim, os projetos cumpriram um papel socioeconômico de destaque, tanto no plano regional, quanto no nacional, possibilitando a incorporação das comunidades tradicionais no processo de desenvolvimento brasileiro. A partir da tecnologia social, poderá ser, também, uma nova estratégia no sentido da inclusão de demandas nos programas governamentais de fomento, capacitando-os para o melhor desempenho das suas atividades econômicas tradicionais, afirmando e resgatando seus saberes e práticas socioculturais, universalizando a cidadania.

## Referências

BRASIL. JUVENTUDE: ESTUDO E TRABALHO. **A experiência da juventude na RMS – 1997 a 2016**. Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), dez/2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIANNELLA, V. **Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social**. In: CANÇADO, Airton, Cardoso et al. (org.). *Os desafios da formação em gestão social*. Anais do II Enapegs, Provisão: Palmas/TO, 2008.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, **Boaventura de Sousa (Org.)**. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.